



Análise da cooperação bilateral histórica para o desenvolvimento entre a China e a Guiné-Bissau: infraestruturas e a economia

Analysis of historical bilateral cooperation for development between china and guinea-bissau: infrastructures and the economy

Análisis de la cooperación bilateral histórica para el desarrollo entre china y guinea-bissau: infraestructuras y economía

Recebido em: 21 de maio de 2024
Aceito em: 12 de agosto de 2024

Nelsio Gomes Correia¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2024v21n1pX-X

Resumo

O artigo faz análise da política externa chinesa de cooperação para o desenvolvimento com a Guiné-Bissau. É importante frisar que o contacto dos chineses com a Guiné-Bissau começou desde o período colonial e pós-colonial com o Estado chinês. Após a independência, a cooperação entre os dois países foi oficializada em 1974 em várias áreas, sobretudo de infraestrutura e economia. O artigo tem como objetivo analisar a política externa chinesa de cooperação para o desenvolvimento com a Guiné-Bissau nas áreas de infraestruturas e a economia. No processo metodológico, realizamos a revisão bibliográfica e documental. Esses acordos bilaterais contribuíram no crescimento econômico do país. *Palavras-chave:* África. Guiné-Bissau. China. Cooperação. Desenvolvimento.

Abstract

The article analyzes Chinese foreign policy on development cooperation with Guinea-Bissau. It is important to emphasize that Chinese contact with Guinea-Bissau began in the colonial and post-colonial period with the Chinese State. After independence, cooperation between the two countries was made official in 1974 in several areas, especially infrastructure and the economy. The article aims to analyze the Chinese foreign policy of development cooperation with Guinea-Bissau in the areas of infrastructure and the economy. In the methodological process, we carried out a bibliographic and documentary review. These bilateral agreements contributed to the country's economic growth.

¹ Sociólogo e Mestre em Estudos Africanos no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa/Portugal. E-mail: gomesnel-sio@gmail.com.

Keywords: *Africa. Guinea Bissau. China. Cooperation. Development*

Resumen

El artículo analiza la política exterior china en materia de cooperación al desarrollo con Guinea-Bissau. Es importante destacar que el contacto chino con Guinea-Bissau se inició en el período colonial y poscolonial con el Estado chino. Después de la independencia, la cooperación entre los dos países se oficializó en 1974 en varias áreas, especialmente en infraestructura y economía. El artículo tiene como objetivo analizar la política exterior china de cooperación al desarrollo con Guinea-Bissau en los ámbitos de infraestructura y economía. En el proceso metodológico se realizó una revisión bibliográfica y documental. Estos acuerdos bilaterales contribuyeron al crecimiento económico del país.

Palabras clave: *África. Guinea Bissau. China. Cooperación. Desarrollo.*

Introdução

Em África, a cooperação com a República Popular da China iniciou desde os anos de 1950 e 1960, sendo este período considerado de lutas pelas independências africanas e Pequim apoiava na resistência (M'BUNDE, 2015; FERREIRA, 2010). Portanto, apesar destes Estados ainda não eram soberanos, porém, mesmo assim, esta relação começou com os apoios no âmbito militar e bélico para vários movimentos independentistas que lutavam contra a dominação imperialista ocidental nos seus países. Assim como ajudou na formação dos militantes e guerrilheiros do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), para a luta armada na Guiné-Bissau, a partir de 1960 e 1962 (SEMEDO, 2009).

As relações de cooperação bilateral entre a China e a Guiné-Bissau iniciaram fundamentalmente através de um tratado assinado nos anos de 1960. Seguidamente continuaram a partir de 1974, após o ano da proclamação da independência da Guiné-Bissau em 1973, do regime colonial português (MANGO, 2023; INFANDE, 2021). Nos anos 1990, 1998 e 1999, esta relação diplomática da China no âmbito Sul-Sul com este país africano foi suspensa e apenas foi retomada depois focada

na construção das infraestruturas, formação de recursos humanos etc.

Na conferência de Bandung em 1955, que posteriormente deu a criação da ideia do conflito entre Norte-Sul. Durante este encontro, participaram 15 Estados asiáticos e apenas 6 Estados africanos tendo em conta a demora do processo da descolonização que a maioria dos países africanos se encontravam naquele período das lutas pelas independências. Durante esta conferência, pode-se perceber os princípios que norteiam a cooperação chinesa com a África:

Nessas declarações, o primeiro-ministro Xu Enlai enumera o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos de cada um dos Estados, a igualdade, o benefício mútuo e a coexistência pacífica como os eixos para o relacionamento internacional da China. Até hoje, a China mantém estes pressupostos que foram essenciais para, num contexto de pós-Guerra Fria, desafiar o unilateralismo, liderado pelos Estados Unidos em África. (COSTA, 2020, p. 43).

A China nas suas relações modernas não é percebido o fardo da colonização como é vivenciado nas outras potências vizinhas como no caso da Índia. Mas utiliza outras estratégias de exploração. A China escolheu ficar ao lado dos países que sofreram a imposição colonial do Ocidente. Embora politicamente o país

decidiu ficar do lado Sul, entretanto sobre a sua herança intelectual, em nenhum momento a China criou uma resistência ou um confronto contra a ordem internacional definida, mas se vê um isolamento dos intelectuais do país, contudo, ultimamente abriu-se ao mundo, a ciência política e social que é produzida no país adaptou-se nos modelos internacionais (idem).

Nesta lógica, este artigo tem como objetivo, analisar a política externa chinesa de cooperação bilateral para o desenvolvimento com a Guiné-Bissau nas áreas de infraestruturas e economia. A metodologia de pesquisa adotada para a elaboração deste artigo, foi assentada no método qualitativo de natureza bibliográfica. No decorrer da realização deste estudo, o levantamento foi efetuado através da revisão bibliográfica e documental.

Entretanto, no nosso entendimento, foca-se mais em análises metodológicas em que o assunto mais indispensável é a investigação detalhada de uma matéria escolhida para a produção científica de um certo estudo e atingir um objetivo proposto (DEMO, 1995).

Desta forma, são estas 4 etapas escolhidas para elaboração do artigo: coletar, mensurar, análise de dados e a redação.

Na primeira etapa, foi definida qual era o propósito da coleta de dados que é fazer a recolha de informações mais pertinentes do assunto da pesquisa; em que os principais textos serão pesquisados, sobretudo os que tratam especificamente da relação de cooperação bilateral histórica entre a China e a Guiné-Bissau. Por um lado, foi procedida a análise mais cuidadosa de dados coletados com o intuito de ter as informações mais precisas. Nesta mesma parte inicial, em última análise, estudamos a melhor forma de separar essas informações e

inseri-las nas suas respectivas seções que compõem o artigo.

Na segunda etapa, foi necessário fazer a mensuração de dados levantados com rigor científico e levar em conta em que parte do trabalho cada ideia do autor pode ser mais útil. Na terceira etapa, análise de dados, fizemos um levantamento bibliográfico e documental através da observação e leitura desses textos que vão ser citados. Na quarta etapa, a redação, é um processo seguido de descrição das informações mais importantes que foram obtidas através da leitura cuidadosa das bibliografias consultadas.

Em relação a sua estrutura, este artigo está dividido em quatro seções principais sem contar com a introdução e considerações finais.

Na 1ª seção “A Política Externa, Cooperação, Desenvolvimento, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul”, foi definido e debatido esses diferentes conceitos, onde apresentamos a relevância que estes têm nas relações internacionais.

Na 2ª seção, “Relações históricas de cooperação bilateral entre a China e a Guiné-Bissau” fala-se sobre a cooperação entre a China e a Guiné-Bissau antes e depois da independência, realçando a continuidade desta relação e o seu impacto socioeconômico na Guiné-Bissau.

Na 3ª seção, trata-se da “A situação atual da cooperação Sino-Guineense e os seus proventos”, demonstrando como as relações atuais entre os dois países estão e quais são os benefícios desta cooperação para a Guiné-Bissau nas áreas de infraestruturas e a economia.

Nesta 4ª seção os “Acordos de pesca na cooperação Sino-Guineense como plano de alcançar o crescimento econômico da Guiné-Bissau”, foi discutido os diferentes acordos de pesca assinados entre dois países.

1. A Política Externa, Cooperação, Desenvolvimento, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul

Para Sousa (2018), política externa é a ação particular do Estado na promoção de interesses nacionais e assim como proteger-se de certas ameaças externas que poderão pôr em causa a sua estabilidade interna.

No nosso entendimento, qualquer Estado, também, procura ter influências e poder sobre outros países na conjuntura das Relações Internacionais através da sua posição estratégica e levar mais em consideração a promoção dos seus interesses nacionais, sua imagem em busca do desenvolvimento e aceitação dos atores da comunidade internacional.

A política externa a sua diferença com as outras políticas é que na arena internacional o Estado busca sempre agir conforme a conduta e atuação dos outros atores nas relações internacionais. No decorrer deste processo, geralmente, a intenção é atuar e saber posicionar para preservar o seu próprio interesse se o ambiente permitir e caso contrário é obrigado a mudar deste espaço para não se sentir desfavorecido ou perdido neste jogo de interesse político e económico na geopolítica internacional (RODRIGUES, 2004).

“A cooperação significa envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, capacitando as pessoas e comunidades para intervirem e liderarem o seu próprio processo de desenvolvimento.” (DICIONÁRIO DO DESENVOLVIMENTO, 2019, p. 17)

No entendimento de Amaro (2003), o Desenvolvimento é um dos conceitos mais re-

levantes e ao mesmo tempo polêmicos no âmbito das ciências sociais, como um estimulador de desejos, transformações socioeconômicas e pessoais.

Além de tudo, serviu para classificação e caracterização do desenvolvimento humano, social e bem-estar da população de cada país no mundo. Também é conhecido como um conceito que possui muitas versões e isso tornou-o mais complexo e não linear, sendo que é pensado e aplicado por pessoas em realidades diferentes e com definições opostas. Por isso, percebemos que não é universal, porque cada país entende e define o desenvolvimento conforme a sua visão de mundo baseado na história da formação da sua sociedade e do seu povo.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), assegura para os países menos avançados o apoio para alcançarem os seus objetivos definidos e superarem os obstáculos que os impedem de serem os países desenvolvidos assim como os outros (SANGREMAN, 2009, p. 8).

Perante este processo, da mesma forma, a CID reconhece e prioriza o crescimento económico equilibrado dos países menos influentes e sem poder de decisão na geopolítica e arena internacional. Recomenda-se que os estados que carecem de poder financeiro devem ser apoiados pelos países mais fortes economicamente a superarem as barreiras que impedem a mudança estrutural e alcançarem o desenvolvimento almejado. Aliás, proporcionando que os países em vias de desenvolvimento não sejam endividados e que os bancos ocidentais não aplicassem os juros.

Enquanto que a Cooperação Sul-Sul é uma nova forma de colaboração entre os países do Sul Global e é totalmente diferente com a antiga cooperação Norte-Sul. Em outra pers-

pectiva é uma ação política de apoio econômico e social com a dinâmica baseada na troca mútua e solidariedade entre os países em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos com a intenção de criar um mundo mais justo e fortalecer as relações entre povos (CRONOLOGIA E HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL, 2014).

Por um lado, na relação de cooperação entre os países do Sul global continua a existir a hierarquia entre os países mais fortes em vários setores e aqueles com as economias menos desenvolvidas que necessitam muito dos apoios oriundos desta cooperação com os países em que há um sentimento de solidariedade entre povos e que lutam conjuntamente contra a pobreza, desigualdades sociais, impunidade e o retrocesso das suas sociedades e instituições.

A Cooperação Sul-Sul é um sistema de cooperação complementar e diferente da tradicional Norte-Sul em que a maioria dos países em desenvolvimento continuam dependentes dos países desenvolvidos. Mas é indispensável realçar que surgiu só como uma alternativa para tornar as relações mais solidárias e horizontais em que os países envolvidos sairão todos beneficiados através da relação de reciprocidade e não em “doadores e recipiendários” (DA GRACA RIZZO, 2021).

Contudo, na nossa perspectiva de análise, os países em desenvolvimento com mais poderio militar, econômico e político do Sul global continuam a ter mais influências e poder de decisão no cenário das Relações Internacionais, principalmente no contexto da Cooperação Sul-Sul com os países menos avançados que dependem muito do amparo externo através da cooperação bilateral e multilateral.

2. Relações históricas de cooperação bilateral entre a China e a Guiné-Bissau

O primeiro contacto de dois chineses nomeadamente Kat Chan e Lai San Lek Si com a antiga Guiné Portuguesa, foi em 1902, no período colonial, mas este não tem relevância governamental, contudo de natureza particular na província ultramarina que estava sob domínio de Portugal, conhecida atualmente como a Guiné-Bissau (HAVIK & ESTÁCIO, 2011).

A cooperação entre a China e a Guiné-Bissau faz parte do acordo bilateral oficializado em 15 de março de 1974, depois da declaração da independência do país pelo PAIGC. A partir deste período, os acordos assinados são baseados nas relações comerciais e assim abrangem o financiamento da construção das infraestruturas governamentais, pontes, estradas, portos etc. Foi nestes tratados entre Pequim e Bissau que foram construídos o Estádio Nacional de Futebol 24 de Setembro, Hospital Militar de Bissau e em Canchungo, norte do país, entre outros (BISSINDÉ, 2021; M'BUNDE, 2018). Além disto, nesta relação de cooperação bilateral entre os dois países é entendida que:

Uma das estratégias utilizadas pela China para ter aceitação no contexto da cooperação bilateral com a Guiné-Bissau em diversas áreas como por exemplo na agricultura, infraestruturas, pesca, educação, saúde é o motivo de não interferência nos assuntos internos do país (CORREIA, 2022, P. 276).

No período da colonização portuguesa, tem sido observado a presença de escravizados provenientes do território hoje conhecido como a Guiné-Bissau no continente asiático, particularmente em Macau, que da mesma forma, era dominada pelo regime colonial português em Ásia, onde se instalaram muitos por-

tugueses e euroasiáticos entre 1553 e 1557 (DE SOUSA, 2013).

Um dos princípios da política externa chinesa nessa cooperação com o país é não interferir nos problemas internos e assim respeitar a soberania e integridade territorial. O interesse da China na cooperação com a Guiné-Bissau está mais voltado aos pescados e a exploração dos recursos naturais guineenses que ainda não foram descobertos e explorados (Cassamá, 2023).

Estas são os princípios orientam a política chinesa em outros países da África, respeitar os parceiros e suas soberanias nacionais com isso permitiu a China conquistar a confiança dos diferentes líderes africanos e em especial os da Guiné-Bissau em aceitar cooperar com o gigante asiático desde o período colonial e pós-colonial. Apesar de existir movimentos civis que reprovam a forma da atuação da China no continente e como na Guiné-Bissau por más condições de trabalho, desrespeito às leis de proteção ambiental e o envio dos trabalhadores chineses para as obras sem permitir o emprego aos cidadãos nacionais (INFANDE, 2020)

Na percepção do Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Africanos do Ministério das Relações Exteriores da China, WU PENG (2024), a cooperação bilateral entre os dois países é de várias décadas e tem produzido muitos efeitos positivos para essas duas nações sobretudo no âmbito econômico, infraestruturas e trocas comerciais.

Na Guiné-Bissau, as áreas com o investimento chinês são as infraestruturas, economia, agricultura, saúde e educação. Mas salienta-se que, nesta relação, o investimento chinês têm mais impactos nas áreas de infraestruturas e comércio. E as autoridades de Pequim têm empenhado muito em colaboração com o Estado

guineense para reforçarem a cooperação bilateral (MINCHUAN, 2023).

Na nossa concepção, a ajuda que a Guiné-Bissau tem recebido da China deveria servir para reabilitação e construções das pequenas indústrias locais, apoio aos agricultores e demais sectores sociais relevantes para o crescimento da economia. Por isto que, não é para fortalecer os governantes no poder sem projeto político apropriado para o crescimento econômico. Esta ajuda em vez de ser um benefício ao país, conseqüentemente, aumenta a corrupção entre os governantes e os outros servidores públicos que disputam este bem comum “oferecido” para o povo para o interesse particular. Portanto, qualquer ajuda tem o seu preço a pagar pelo país.

Não é abusivo então considerar que o objetivo da ajuda é de “corromper” as classes dirigentes. Além das pontções financeiras (bem conhecidas, e pelas quais se faz crer que os doadores os fazem por nada!), a ajuda torna-se “indispensável” (porque elas se transformaram numa fonte importante de financiamento dentro dos orçamentos) incluída dentro desta função política. É importante que esta ajuda não seja reservada exclusivamente e integralmente aos homens em posto de comando, ao “governo”. É necessário que ela se interesse igualmente as “oposições” capazes de os suceder. O papel da sociedade dita civil e de algumas ONGS se encontra aqui (AMIN, 2010: 2).

A apropriação do apoio oriundo dessas relações bilaterais tem acontecido nos últimos 5 anos na Guiné-Bissau, em que os dirigentes da nação aproveitam-se destas ajudas externas assentadas na cooperação para a compra da consciência política dos adversários, apoiadores e as vezes utilizadas para campanhas eleitorais ou em outros serviços não-estatais, mas sim, para assuntos particulares dos membros do governo e não os serviços mais essenciais.

A ajuda em questão, para ser politicamente eficaz, deve igualmente contribuir para a manutenção da inserção dos camponeses neste sistema global, esta inserção alimenta outras fontes de verba do estado. A ajuda deve igualmente se interessar pelo progresso da “modernização” as culturas de exportação. O caso do niger ilustra a perfeição da articulação dos recursos minerais estratégicos (o urânio) \ ajuda “indispensável” \ manutenção do países neste estatuto de estado cliente. (2) (AMIN, 2010, p. 2)

A maioria dos acordos assinados acabam por circular apenas nas mãos dos que possuem poder e não beneficia os que mais necessitam, mas os que estão no comando e não o país. Quando esta ajuda é gerida de forma racional e com compromisso de apoios a classe trabalhadora que necessita de meios e materiais para produzir contribui diretamente para a alavancar a economia.

3. A situação atual da cooperação Sino-Guineense e os seus proveitos

Entre 2021 e 2024, a cooperação Sino-Guineense no nosso entendimento, tem progredido muito nesses últimos três anos, apesar da Guiné-Bissau não ter conseguido aproveitar e expandir os investimentos chineses para a construção dos portos e as indústrias nacionais para a transformação dos produtos locais e reduzir o alto desemprego no país. Contudo, um dos maiores desafios atuais do Estado guineense é superar o déficit das infraestruturas, diversificar a produção agrícola para o crescimento econômico, avançar na industrialização e fazer as reformas estruturais.

O Embaixador da China Guo Ce na Guiné-Bissau, durante a sua entrevista considerava que:

Ao longo dos três anos, apesar da conjuntura internacional, as relações Sino-Guineense têm-se melhorado significativamente, graças aos esforços de ambas as partes, à confiança política mútua. Tem aumentado progressivamente e a cooperação praticada em diversas áreas é frutífera. Nos últimos três anos, a China também prestou alguns apoios para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Concluímos com sucesso o projeto de reflexão da conferência internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a construção do porto de Alto Bandim, em Bissau, e a reabilitação da sede da Assembleia Nacional Popular (ANP)(...) (GUO CE, 2024, s/p.).

Nos acordos de pescas entre dois países e de exploração dos recursos energéticos no território nacional, tem surgido muitas críticas feitas pelos guineenses sobre a falta de recursos humanos e materiais que os funcionários deste setor enfrentam e que dificulta a supervisão séria e rígida em combate a qualquer prática ilegal chinesa durante a pesca. Contudo, essa parceria entre os dois países contribuiu para melhorar as infraestruturas públicas devastadas no decorrer da guerra civil de 7 de Junho de 1998-1999 (PEREIRA, 2020).

4. Acordos de pesca na cooperação Sino-Guineense como plano de alcançar o crescimento econômico da Guiné-Bissau

Nesta seção, vai ser analisada os principais acordos de pesca entre a China e a Guiné-Bissau para o crescimento da economia e a criação do emprego.

O acordo de pesca surgiu através de um tratado assinado entre a República Popular da China e o Estado da Guiné-Bissau em que os dois países decidiram estabelecer relação de

cooperação no âmbito das pescas assinado em Beijing a 28 de Agosto de 1984. No Artigo 2 do “Acordo entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre a cooperação no domínio das pescas”, refere-se neste tratado de que:

As duas Partes deverão celebrar anualmente contratos para fixar as condições de concessão das licenças. As licenças anuais deverão ser concedidas no âmbito dum regime preferencial, não devendo este ser inferior ao concedido aos outros países mais favorecidos (ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU SOBRE A COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DAS PESCAS, 1984, p. 134).

Em relação aos investimentos no país, a China compromete-se em apoiar por meio dos equipamentos de trabalho, financiar e trazer os técnicos chineses para auxiliar o Estado a criar pequenos navios motorizados para a realização da pesca.

A respeito disto Kébé et al. (1993, p. 7) alegam que:

Os principais acordos de pesca em vigor em 1992 concernam a Comunidade Económica Europeia (Itália, Grécia, Portugal, Espanha), a ex-URSS, a República Popular da China, os países africanos (Senegal, Gâmbia, Serra Leoa) e Chipre (quadro 5). Estão actualmente em preparação negociações com a ex-URSS e em curso com a CEE para 1993.

Entretanto, como se demonstra esses autores, em 1992, entre 165 barcos estrangeiros de países diferentes que pescavam nas águas que estão protegidas pela legislação guineense, 20 são da República Popular da China. Esta relação de cooperação do Estado da Guiné-Bissau com a China tem contribuído significativamente para o crescimento da economia guineense.

O outro protocolo de pesca foi assinado pelo Estado da Guiné-Bissau e a empresa “China National Fisheries Corporation em 1 de julho de 2010, tem a duração de quatro (4) anos de validade. No entanto, no seu Artigo 4º vê-se que são realizadas as reuniões anuais para avaliar se o acordo está a ser cumprido legalmente na sua totalidade pela empresa chinesa.

(PROTOCOLO DE ACORDO DE PESCA, 2010).

5. Considerações finais

Entre 1950 e 1960 a época em que os países africanos se encontravam na luta pelas independências da dominação colonial dos países ocidentais, mesmo não sendo estados soberanos, a República Popular da China, tem estabelecido as relações de cooperação com estas nações africanas. Particularmente, a Guiné-Bissau é um dos países que beneficiaram deste apoio para a formação e fornecimento de armas para os guerrilheiros do PAIGC para lutar contra o regime colonial português.

As relações diplomáticas entre a China e a Guiné-Bissau são assentadas na conjuntura da Cooperação Sul-Sul, uma nova política no campo das Relações Internacionais adotada pelos países do Sul global, diferente da cooperação Norte-Sul. Neste processo, os países emergentes ou em desenvolvimento mais fortes economicamente, militarmente, politicamente e estrategicamente no cenário na cooperação internacional e no Sul-Sul estabelecem as relações de cooperação com os países menos avançados como o caso da Guiné-Bissau cooperando com a China que é uma das maiores potências mundiais da atualidade.

Esta colaboração é uma parte da política externa de dois países baseada em certa medi-

da na ajuda mútua e solidariedade entre dois povos e trocas de experiências de governação e promoção de diálogo em busca de estabilidade política e governativa que visa atingir o desenvolvimento e melhorar as condições de vida da população afetada pela carência de bens e serviços mais básicos.

Após vários períodos de conflito armado contra a colonização portuguesa, o país alcançou a sua proclamação de independência unilateral em 24 de setembro de 1973, mas só depois de um ano, em 1974, que a Guiné-Bissau conseguiu oficializar a sua cooperação bilateral com a China especificamente nas áreas de infraestruturas e economia.

Os investimentos da China na Guiné-Bissau são mais verificados nas construções de infraestruturas como escolas, hospitais e edifícios governamentais que o país tem sentido muita falta como a construção e a reabilitação do Estádio Nacional 24 de setembro e Assembleia Nacional Popular (ANP).

Os acordos de pesca entre a China e o Estado da Guiné-Bissau surgiram na medida em que o país precisou-se de aumentar laços de cooperação e diversificação da sua economia e não depender apenas de desses acordos de pesca com a China. Especificamente desde 2014 a 2024, na relação Sino-Guineense o Estado da Guiné-Bissau tem feito esforços de diversificar o investimento chinês em vários setores e a China demonstrou o interesse em apoiar o país e investir nas infraestruturas e a compra dos produtos agrícolas.

No nosso entendimento, uma das áreas mais prioritárias do governo guineense no decorrer da sua cooperação bilateral com a China, são as infraestruturas, economia, saúde e agricultura, educação e em troca a China ganha com a exploração de recursos naturais do país

ou através de outros tipos de apoios que poderá precisar da parte do Estado da Guiné-Bissau no âmbito da geopolítica internacional. Nesta análise, percebe-se que todo o financiamento do Estado chinês para a transformação estrutural e melhorar a vida do povo da Guiné-Bissau, a China beneficiará de forma direta ou indiretamente ao longo do tempo, já que nada é de graça quando se trata da cooperação entre os países de Sul-Sul e assim como Norte-Sul.

Entretanto, é importante ressaltar que, todo este apoio prestado a nação guineense, não será gratuita, porque na cooperação internacional todos os países doadores e financiadores como a China tem o principal interesse a obtenção de lucros através da exploração dos países economicamente frágeis e instáveis como a Guiné-Bissau, na qual estes apoios terão custos em dinheiro ou exploração dos recursos naturais.

Os acordos de pesca assinados entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República da Guiné-Bissau baseiam-se na cooperação Sul-Sul entre esses dois países, em que ambos comprometem-se a cumprir todos os protocolos e normas presentes nesses tratados que regulamentam as atividades pesqueiras dos navios chineses nos mares da Guiné-Bissau.

Num dos pontos de acordo de pesca com a empresa China National Fisheries Corporation, esta compromete-se a apelar a China a construir unidade industrial de conservação e tratamento de pescado no país e o fornecimento de 40 toneladas para o mercado nacional destinado ao consumo da população o que já é um grande passo dado pelas autoridades guineenses.

Portanto, acreditamos que as autoridades nacionais, poderiam aproveitar mais com este

acordo, onde deveria fazer parte a reabilitação do Porto de Pesca Alto Bandim, que tem apresentado a falta de manutenção e não limitar apenas em criação de polo de abastecimento do pescado oriundo da pesca artesanal como tem sido feito. É fundamental realçar que apesar de gerar empregos para mulheres e jovens, também criará novas oportunidades de negócios para o setor das pescas o que contribuirá para o crescimento econômico, melhoria das suas infraestruturas, transformação e exportação do pescado.

Consequentemente, as instabilidades políticas recorrentes, têm limitado e/ou impedido a implementação de outros projetos e investimentos estrangeiro neste setor na Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de estudos africanos*, 2003, 4: 35-70. <https://journals.openedition.org/cea/1573>
- AMIN, Samir. Repensar a ajuda ao desenvolvimento. 2010-01-17, Edição 26 <http://patrimoinenumeriqueafricain.com:8080/jspui/bitstream/123456789/2729/1/repensar%20a%20ajuda%20portugais-converti.pdf>
- Acordo entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre a Cooperação no domínio das pescas, 1984. Disponível em: [United Nations Treaty Collection https://treaties.un.org > doc > Publication > UNTS](https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Acessado%20em%2010%20de%20março%20de%202024). Acessado em 10 de março de 2024.
- BISSINDÉ, Cam-Naté Augusto. A construção de estado de Guiné-Bissau e a contribuição da China para o desenvolvimento nacional. 2021.
- CASSAMÁ, L. Pescas atrai mais investimento da China na Guiné-Bissau. (2023). <https://www.voaportugues.com/a/pescas-atrai-mais-investimento-da-china-na-guine%20C3%A9-bissau/7359435.html>
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. O Conceito de Desenvolvimento: origens, perspectivas e debates. 2021. <https://www.saopaulo.sp.leg.br/sites/2021/07>
- CORREIA, Nelsio Gomes. ALGUMAS NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO NORTE-SUL: o caso específico de alguns países na África. 2022. <http://cajapio.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/17873>
- COSTA, C. M. (2020). O discurso chinês para os países africanos de língua portuguesa: o papel do Fórum Macau. (65), 43-55. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/20627> Acesso em 18 de Março de 2022.
- CRONOLOGIA E HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL. Uma colaboração a partir da Ibero-América. Documento de trabalho No. 5, ano 2014 Disponível em: [cooperacionsursur.org https://cooperacionsursur.org > DT-05-portugués pdf](https://cooperacionsursur.org)
- DA GRAÇA RIZZO, Aline Duarte. História Global e a Cooperação Sul-Sul: uma agenda de pesquisa. *Esboços: histórias em contextos globais*, 2021, 28.48: 290-307.
- DE SOUSA, I. C. Guiné-Bissau: Macau China. *Lusofonias*. Nº 20 | 18 de Novembro de 2013. Propriedade Tribuna de Macau, Empresa Jornalística e Editorial, S.A.R.L. | Administração e Director José Rocha Dinis | Director Executivo Editorial Sérgio Terra...
- DEMO, P. (1995). *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 3ª Edição Revista e Ampliada.
- DICIONÁRIO DO DESENVOLVIMENTO. (2019). <https://desevolvimento.com/2019/01/DD..>
- EMBAIXADOR GUO CE: “SENSIBILIZAMOS EMPRESAS CHINESAS QUE A GUINÉ-BISSAU É PAÍS SEGURO PARA INVESTIR”. *O Democrata*. 2024. <https://www.odemocratagb.com/?p=47320>
- HAVIK, Philip J. & ESTÁCIO, António. Recriar a China na Guiné: os primeiros chineses, os seus descendentes e a sua herança na Guiné Colonial. *Revista Africana Studia*, 2011, 17. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7379/6763> Acessado em 15.07.2024
- FERREIRA, P. M. (2010). Cooperação Sul-Sul: a China em África. *JANUS 2010-Meio século de independências africanas*, 176-177. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/1069> Acessado em: 23 de Abril de 2022.
- INFANDE, B. A política externa da República Popular da China para a República da Guiné-Bissau: uma análise da cooperação para o desenvolvimento a partir de investimentos em infraestrutura. Salvador-BA, 2021.
- INFANDE, B. (2020). Relações econômicas e comerciais entre a China e o continente africano: o caso da Guiné-Bissau na área de infraestrutura.
- KÉBÉ, M., J. Gallène e D. Thiam. - *Revista sectorial da pesca artesanal na Guiné-Bissau*.1993. Programa de Desenvolvimento Integrado das Pescas Artesanais na Africa Ocidental (‘DIPA’). 32 p. + anexos, DIPA/WP/46.
- MANGO, Silvestre. Cooperação Sul-Sul, caso da Guiné-Bissau e China: Uma análise da cooperação para o desenvolvimento a partir de investimentos em obras e infraestruturas. 2023. Master’s Thesis. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/28315> Acessado em: 12 de fev. 2023.
- MINCHUAN, Dong. Encarregado dos Negócios da Embaixada da China na Guiné-Bissau. Encarregado de negócios: “China quer escrever junto com a Guiné-Bissau um novo capítulo de relações internacionais”. 2023. https://forumchinapl.org.mo/pt/economic_trade/view/7462 Acessado em: 29 de fev. 2023
- M’BUNDE, T. S. As políticas externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014). Rio de Janeiro: Gramma, 2018.
- M’BUNDE, Timóteo Saba. As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada, universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências sociais, p. 12-81, 2015.

PEREIRA, F. A. Inserção internacional de um pequeno Estado: análise sobre a capacidade estatal da Guiné-Bissau. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2020. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217400> Acessado em 20. jul. 2024

PENG, Wu. Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Africanos do Ministério das Relações Exteriores da China. CHINA E GUINÉ-BISSAU PROMETEM REFORÇAR A COOPERAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS. Janeiro, 2024. Disponível em: <https://rdngbissau.gw/2024/01/22/china-e-guine-bissau-prometem-reforcar-a-cooperacao-em-diversas-areas/> Acesso em: 16.07.2024

PROTOCOLO DE ACORDO DE PESCA, 2010. O Governo da República da Guiné-Bissau e a China National Fisheries Corporation. Disponível em: [FAO https://faolex.fao.org](https://faolex.fao.org) docs

[_pdf_](#). Acessado em 10 de março de 2023.

RODRIGUES, Ricardo Jorge da Silva. Dinâmicas económicas e política externa portuguesa nos países não lusófonos da SADC (1975-2002). 2004. PhD Thesis. Instituto Superior de Economia e Gestão.

SANGREMAN, Carlos. A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa. 2009.

SEMEDO, Rui J. C. G. PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990). UFSCar, 2009.

SOUSA, Pedro Ponte e. A “política” na política externa: realismo, agência e clivagens.

In O Pensamento, Hoje, Ainda Tem Efeitos Práticos? Ainda Podemos Pensar A Democracia Como Algo Ao Nosso Alcance?, 35-43. Lisboa, Portugal: Instituto de História Contemporânea, 2018.